

RELIGIÃO E PÁTRIA.

PERIODICO RELIGIOSO, POLITICO E NOTICIOSO

RESPONSÁVEL — T. G. DE SOUSA PINTO.

NUMERO 5.

QUINTA FEIRA 27 DE NOVEMBRO DE 1862

I.ª SERIE.

EXPEDIENTE.

A administração d'este periodico participa aos srs. assignantes, que d'hoje em diante podem mandar satisfazer o importe de suas assignaturas, ficando ao arbitrio dos srs. assignantes de fóra do concelho o poder fazel-o por vales do correio.

GUIMARÃES 26 DE NOVEMBRO.

UM MONUMENTO A MEMORIA DO SR. JOSÉ ESTEVÃO

Manifestemos franca e lealmente os nossos sentimentos e opiniões, porque não é para outra cousa a imprensa livre; este monumento desagradá-nos.

Estamos muito persuadidos que não é só a nós a quem elle desagradá, mas quando fosse, nem porisso estaria mais na nossa mão o deixarmos de sentir o que sentimos.

Perguntar-nos-hão talvez pela razão d'isto, os que nos lerem? pois dil-a-hemos tambem com a mesma lealdade e franqueza, e sem preparações nem rodeios, nestas resumidissimas palavras: a razão d'isto é porque entendemos que este monumento vai envergonhar o paiz.

Como é possível que um povo como este de Portugal, com uma historia tão rica de homens illustres, tão cheia de heroísmos de virtudes christãs e patrióticas, e de todo o genero de illustrações religiosas, scientificas e litterarias — como é possível que este povo deixasse passar tanta preciosidade sem se lembrar de commemoral-a pela inauguração de uma estatua, sem saber até, pela maior parte, em que lugar da terra descansam suas cinzas, para vir agora, como quem se arrepende de suas ingratições passadas, erguer um monumento á memoria do sr. José Estevão?

Porque é que a commissão nomeada pela camara dos srs. deputados «para promover uma subscrição nacional a fim de se erigir um monumento ao eminente orador» declara, em seu — *Convite ao publico* — que «nem sequer pretende demonstrar a justiça com que a patria deve pagar esta dívida ao grande orador que foi na tribuna parlamentar uma das nossas glorias contemporaneas?» — e que razões tem para esperar que «a generosa terra portugueza con-correrá sem dúvida para se erguer um padrao que perpetue a saudade que nella deixou um dos mais elevados espiritos e generosos corações (o do sr. José Estevão) com que a mão de Deus a dotára?»

Para ter algumas, seria preciso haver em Portugal mais monumentos do que os que ha, e menos homens d'estes que por seu espirito elevado, por seu coração generoso ou pela grandeza de suas virtudes, de seus feitos, e de suas dedicações souberam enu-merar a patria e merecer as saudades d'ella: para ter algumas, seria preciso que nunca da tribuna parlamen-

tar se houvessem erguido vozes tanto ou mais eloquentes que a do sr. José Estevão, desde que hi parlamentos em Portugal.

De outra sorte, é offender a memoria de todos os oradores illustres que têm honrado a tribuna parlamentar, é offender gravemente a memoria de todos aquelles que foram a expressão do patriotismo, do talento e da abnegação e cujos nomes já cá não lembram para se lhe erguerem monumentos, é offender-lhes a memoria ainda mais, quando se afirma que não carece de estímulo o povo portuguez para a honrar — essa expressão — onde a encontrar — elle que a encontra em cada pagina de sua historia e talvez nas tradições de cada localidade e que, sem duvida, a respeita muito em seu coração, mas que, não obstante, se tem esquecido de promover subscrições nacionais para consagrar-lhe monumentos publicos — é effender-lhes a memoria e faltar de todo á justiça o pretender-se que a patria eieve um padrao ao sr. José Estevão, como por desempenho de uma dívida que nos parece muito duvidosa, quando ha dividas muito maiores, mais reconhecidas e mais antigas que a patria não pagou ainda.

Respeitamos muito as afeições que quaesquer partidos ou individuos tenham mais por esta que por aquella pessoa, elles sabem o que lhe devem e podem agradecer-lho do modo melhor e mais conveniente que puderem, que não é isso da conta de ninguém; mas quando se pretende dar a esse agradecimento um caracter publico e nacional então mudam as cousas de figura, e é preciso que a nação que se resolve a levantar um monumento á memoria de um homem, tenha uma razão commum, um motivo que pelo menos influua na generalidade do povo, como tem, por exemplo, (podemos dizel-o sem receio de nos enganarmos) como tem a respeito de Camões e do Sr. D. Pedro V, a cada um dos quaes, se tentou não obstante levantar um monumento que ainda não logrou chegar ao cabo.

Se se trata seriamente de dar homenagem ao merito, já não dizemos ao merito do patriotismo e da abnegação, porque sabe Deus se muitas vezes o maior não é o que menos se apregoa; mas ao merito do talento, á realza indisputavel de um grande genio, se se trata de festejar alguma de nossas glorias contemporaneas é necessario que se eieve, antes de tudo, um monumento á memoria gloriosa do sr. Garret.

Querem agora, com manifesto esquecimento de tamanho homem preconisar outro nome, celebrar outros talentos, e levantar um monumento ao sr. José Estevão em nome da patria, agradecida e admirada, e quererem levantar um monumento de vergonha; é quererem que o paiz fique mudo e humilhado diante do estrangeiro que deparando, acaso, com este monumento erguido e a alguma das praças da nossa capital, se lembre de perguntar-nos se é aquella a memoria do cantor de Camões e de D. Branca? ou então é quererem talvez que lhe digamos que não precisa de monumentos quem pôde por suas obras eternisar seu nome e deixar-nos um monumento em cada uma d'ellas.

Por certo que não é em honra de um homem que se pretende agora levantar um monumento, porque se fosse, havia cá muita gente que se avantajasse ao sr. José Estevão; mas é em honra de uma idea, seja ella qual fór, que se quer glorificar na pessoa de um de seus principaes representantes: e era muito necessaria que o paiz conhecesse bem esta idea

para saber se devia respeit-a ou acolhel-a conscienciosamente.

Se, na qualidade de escriptores publicos, nos é sempre grato ter occasiões de louvarmos a probidade a honra, o zelo, o justo procedimento d'aquelles que foram chamados pela Divina Providencia para regerem e governarem os povos, é para nós igualmente doloroso, que elles descuidando dos seus deveres, apertados nos offereçam motivos para os arguirmos e censurarmos. E' doloroso, porque não sabemos conciliar o respeito que a elles se deve com o sagrado dever do escriptores imparciaes. Louvar-mol-os, seria isso insultar a verdade, que nos propomos defender, e fazer respeitar; calar-mol-os, seria permittir o mal, deixar campear o erro, que havemos sempre combater ou elle venha auctorizado por um nome illustre. Ou seja saudado pelas aclamações d'uma multidão partidaria e n'ambos os casos seria trahir os deveres de sacerdotes da imprensa. Prevaleça, pois, o dever ao sentimento e á magoa, diga-se a verdade, desparteu-se os que dormem.

Senhor D. Luiz Rei de Portugal, não deixámos por um só momento dos sentimentos patrióticos e christãos que animam o coração de Vossa Magestade, e esta fé alenta-nos a doce esperanza, de que a nossa humilde palavra vai ser benignamente acolhida por Vossa Magestade.

Senhor D. Luiz, que mais será necessario, do que essa escandalosa proclamação publicada pela imprensa de Portugal, para que Vossa Magestade se desengane por uma vez, de que os inimigos do throno e do altar, constituídos e organizados, conspiram a ruina d'esta nação, e já guarda e deleza fóra confiada pela Divina Providencia ao cuidado de Vossa Magestade?

Que poder é esse que ahí proclama, em face do paiz, a um certo povo que não é povo portuguez?

Que sceptro é esse que ahí se disputa na presença d'um povo fiel ás suas instituições, amante do seu rei, que admira e respeita ainda vivo sobre o throno, e que não reconhece outra dynastia que não seja a de Bragança?

Que nação é essa, que ahí existe no seio da nação portugueza?

Senhor D. Luiz, ahí está patente a causa da demoralisação do povo, e dos grandes males que têm abtido e humilhado esta nação outrora tão feliz e gloriosa; ahí está patente a causa das desordens e revoluções que nos impelle para uma dissolução social; é essa associação que ahí proclama, e se disputa o poder, essa associação de homens apartados da verdadeira sociedade portugueza, ligados pelos vinculos d'uma fraternidade particularissima, encorçados contra a verdade e contra a justiça, guerreando o merito e a virtude e privando assim a patria dos bons servicos que poderiam prestar-lhe os seus mais dedicados filhos.

Senhor D. Luiz, que será necessario mais para o completo desengano de Vossa Magestade?

O povo portuguez, leal ao seu rei, amante da sua patria, zeloso da sua independencia e liberdade, espera e confia, que Vossa Magestade desenvolvendo a maior actividade no desempenho do seu Real Ministerio, pôra termo a seus males, extinguindo-lhe as causas.

A DISSOLUÇÃO DAS CAMARAS.

Falla-se muito nos círculos políticos da proxima futura dissolução das camaras, e os que acreditam participar dos segredos do gabinete, dizem que o governo se constituirá depois em dictadura!! Tudo é possível, e o tempo se encarregará de nos mostrar a verdade, por ora occulta pelo véu mysterioso da politica.

Uma das grandes desgraças para o paiz é sem duvida as continuadas dissoluções das camaras, porque se seguem novas eleições dos que têm de representar o povo, e as novas eleições são quasi sempre a causa de desordens, de traições, de inimidades nas familias, de ambições e de grandes e profundas immoralidades.

Os factos, que se tem passado aos nossos olhos são mais eloquentes do que a palavra.

A tenacidade do actual ministerio em conservar-se no poder ha-de comprometter o futuro de Portugal. Vemos os horisontes bem negros, e só os não verá quem tiver vivo interesse pela ruina do paiz e mesmo pelo desaire do systema constitucional.

Para que dissolver as camaras?

Receia o governo não encontrar apoio nos representantes do paiz?

Nesse caso, se quer o bem da patria, espere a sua queda constitucionalmente; não queira o poder contra a vontade do paiz, que isso traz sempre consigo graves inconvenientes sociaes e politicos. Cavaes a vossa ruina julgando levantar um throno.

Embora tenhaes ás vossas ordens todas as auctoridades administrativas e todos os vossos empregados, ninguem, que souber do estado de agitação dos espiritos, vos pôde dar a probabilidade do triumpho.

O povo portuguez é soffredor por indole e por costume, mas o soffrimento tambem tem seus limites; o calix da paciencia esgota-se, e depois a irrupção vulcânica é certa. O desespero não tem reflexões possíveis, caminha ávante e, como caudaloso rio, leva tudo deante da sua corrente. Parece que gosamos a paz, mas esta paz é só apparente; a agitação interior é immensa; a faísca está occulta debaixo das cinzas, e de um momento para outro pôde produzir um incendio.

Quem assim falla é vosso amigo, e amigo do povo; quem assim falla não quer senão o bem da patria e pôde de parte todos os interesses pessoais.

Ha como uma mão occulta que perturba o espirito publico.

As consciencias agitadas e duvidosas, as apprehensões muitas e mui diversas, a revolução interior por toda a parte.

Oxalá que os factos venham destruir as nossas reflexões; oxalá que o futuro nos desmintas, e que os horisontes da patria se tornem bellos e serenos. Deus volva para nós seus olhos de misericordia, porque nunca com naturalidade podemos repetir com firmeza os melancolicos versos de um nosso classico muito estimado:

- Ai triste Portugal, triste chora,
- Que nunca para pranto eterno e triste
- Tanta causa tiveste, como agora.

Recebemos o *Vimaranense* de terça feira com intimo desgosto, não tanto pelas injurias com que nos vem atirando, como por sentirmos que ficou peor com a primeira correccção e por perdermos quasi a esperanza de que hade corrigir-se para futuro.

Mal pensavamos nós que tão frustrados haviam de ser nossos trabalhos e que tão desabrido e assanhado nos havia de sahir aquelle que por certo tem soffrido com uma santa paciencia o *confessionario poluido*, — o *pulpito inquinado*, — e os *evangelisadores da palavra de Deus convertidos em advogados das paixões dos homens!*

Ainda assim havemos de responder-lhe mais de espaço para que pelo m-nos aproveitemos para os leitores o que certamente perderemos para com o collega.

CORRESPONDENCIA.

Sr. Redactor

NUMA carta, que em setembro de 1861 publiquei em diferentes jornaes, em resposta a uma infame calúnia com que se pertendia manchar a minha reputação, liam-se os seguintes periodos:

«Tendo visto no jornal «O Commercio de Lisboa» em o numero de quarta feira 4 do corrente, uma publicação transcripta do jornal «O Campeão das Provincias» em que se me calunioia atrocemente, contando-se um historia, que não só é completamente falsa, mas sobretudo vem ferir a minha honra e credito; rogo a v. o obsequio de publicar no seu muito acreditado jornal, esta minha carta, tendo-a como um protesto que faço contra semelhante calúnia, para que nem os meus amigos nem as pessoas que não me conhecem, me suspeitem capaz de praticar factos da natureza d'aquelles a que se refere esse infame artigo.

«Podia d'esde já apresentar alguns argumentos que rebateriam o que diz a citada publicação, mostrando a contradicção d'alguns periodos, e a impossibilidade de factos alli apontados, porém uma justificação incompleta não me satisfaz, e por isso aguardo a occasião em que possa contar essa historia e apresentar documentos que provem até á evidencia a falsidade do que me imputam.»

E' pois para satisfazer a minha promessa que hoje me dirijo a v., sr. redactor, rogando-lhe o favor de publicar no seu jornal o seguinte:

1.º Que só hoje venho cumprir a minha palavra, porque só agora terminou essa decantada questão, gastando-se um anno inteiro, em que se empregaram todos os meios de provar o que se desejava, sem nada se conseguir. E isto sem que eu nunca fosse ouvido, visto os termos do processo o não permittirem.

2.º Que tendo-se demonstrado a minha innocencia nos tribunaes das differentes instancias, provando-se não só que eu não pratiquei o facto, que se me queria imputar, mas até que tal facto não existiu, me julgo desobrigado de contar essa historia, que não sendo necessaria para a minha justificação, nada interessa ao publico saber.

Por esta publicação lhe ficará muito agradecido o

De v. att.º v.º e am.º

Gualdino de Gouveia Valadares

REVISTA DOS JORNAES.

EXTERIOR.

EUROPA.

Italia. — Em o numero passado demos a noticia de haver chegado a Roma no dia 15 o principe de Galles filho da rainha de Inglaterra, e herdeiro do seu throno; e pelos jornaes que recebemos depois da publicação d'aquelle numero, vimos a noticia de haver chegado tambem no mesmo dia o principe e a princeza da Prussia.

Os principes de Galles e da Prussia tiveram a distincta honra de ser recebidos por Sua Santidade. A noticia da recepção é do dia 17.

Em Roma reina tranquillidade. Sua Santidade gosa saude perfeita e continúa a ser victoriado entusiasticamente pelo povo romano, quando sae em visita a alguma igreja ou estabelecimento de caridade, ou se dirige a outra parte.

Não obstante a exiguidade de meios a que a usurpação de Victor Manoel tem reduzido o governo pontificio, annuncia um jornal que em Pariz já estão os fundos para pagar os juros do emprestimo Rostchild.

Era esperada em Roma a esposa de Francisco

II que se havia recolhido a um convento por ter sido calunniada e atacada na sua honra pela imprensa immorigerada do Piemonte.

Volta a instancias de seu esposo, pois havia resolvido não sahir do convento.

E' até aonde pôde chegar a desfaçatez de uma tal imprensa. Que lhe haveria feito esta senhora para ser tratada assim tão deshumanamente? ainda que isto não é muito para admirar, porque *cá e lá más fadas ha*. Faltava mais esta para ella chegar ao cúmulo da desgraça, pois que até o que possuia foi sequestrado pelos piemontezes. Que tal é a liberdade d'elles que nem sequer respeitaram os bens proprios, que na la tinham com o que era da nação?

Conhecemos muitos que se dizem liberaes, e são mais despotas do que os outros que elles indicam por este epitheto.

A questão romana continúa a ser objecto de serios commentarios; e não é para admirar que esta questão, se julgue interminavel, porque de ambas as partes existem grandes e fortes elementos.

Ultimamente debica-se a respeito d'ella pelo facto da nota enviada ao governo de Victor Manoel por Mr. Drouyn de Lhuis, ministro dos estrangeiros de França, affirmando-se ser inexacta a versão da mesma feita por um jornal de Turim.

Noticiam os jornaes francezes que segundo informações anteriores aquella nota é concebida em termos benevolos, e o senhor ministro dos negocios estrangeiros de França insiste na ideia de que todas as circumstancias se reúnem por enquanto na Italia para provar a necessidade da occupação de Roma pelo corpo do exercito francez.

Segundo as noticias publicadas em differentes jornaes conhece-se claramente que o governo francez nunca dera esperanças ao de Turim de lhe ser concedida Roma, e que tambem resolvêra não aceitar como ponto das negociações ultteriores sobre a questão romana a circular do general Durando, a qual Roma é reclamada energicamente como capital da Italia.

Talvez seja este o motivo porque certo jornal afirma que a França está no firme proposito de fazer sustentar a independencia do pontificado, necessaria á tranquillidade do orbe catholico. Não entanto a politica imperial ainda continua a recomendar efficazmente a reconciliação da Italia com a Santa Sé.

Não obstante o que deixamos dito, conta um jornal de Turin que desfilando as tropas piemontezas diante de Victor Manoel depois de lhe haver passado uma revista se ouviram gritos de:

«Eis alli Roma! Eis alli Veneza! ao que responde mui judiciosamente um outro jornal.

«Roma está guardada pelos soldadós francezes e Veneza é no fim do quadrilatero.

Em remate do que temos dito reproduzimos alguns paragraphos de uma carta de Turin a um jornal hespanhol na qual se afirma que a situação de França mudou completamente desde a entrada de Mr. Drouyn de Lhuis para o ministerio.

«Agora será Roma quem fará propostas a Turim, e como não serão acceptas, as accusações d'obstinacção e teima não se dirigirão contra o governo pontificio, mas contra o Piemonte. Não será Pio IX, mas Urbano Ratazzi quem dirá *non possumus*.

Para tomar n'esta nova phase uma posição vantajosa, a Sé Apostolica, por conselho dos seus amigos de Pariz, vai fazer algumas concessões, taes como a ampliação das liberdades municipaes, o voto deliberativo outorgado á Consulta, que antes não tinha mais que o direito de petição e dar uma amnistia condicional para os presos e desterrados.

Porém, que pedirá a Santa Sé ao ministerio de Victor Manoel para que se veja obrigado a responder *non possumus*? Isto apenas se prevê, mas breve chegará a occasião de o manifestar aute o parlamento.

A nota de M. Drouyn de Lhuys chegou. Ratazzi recebeu-a com desgosto, e este será o primeiro assumpto de que dará conta á camara; porá sobre a mesa este documento com outros muitos, o que quer dizer que entrarão no dominio da imprensa, e terão grande publicidade.

A respeito de uma carta que se diz ter sido enviada pelo clero italiano pedindo ao Papa que resigne o poder temporal, apresentamos as seguintes considerações que faz também um jornal hespanhol.

Dizem os jornaes, que a tal carta tem 8943 assignaturas.

A isto responde o mesmo jornal, que em vez de 8943 assignaturas, poderiam ter apresentado um milhão, visto que o padre Passaglia já publicou assignaturas de diferentes ecclesiasticos, que elle dizia terem adherido a uma celebre carta que publicou, ao mesmo tempo que um jornal de Turin ia publicando os protestos dos ecclesiasticos, por elle tão vilmente calumniados.

A politica conservadora da França a respeito de Roma e da Italia é tambem apoiada pela Prussia.

Noticias de Turin annunciam que reina alli a maior agitação.

As sessões do parlamento de Turin haviam começado. Esta noticia é do dia 17 do corrente.

Fazem-se esforços para que Ratazzi venha a um accordo com Ricasoli.

Os partidários de Francisco II que pelem pela autonomia do reino napolitano apparecem ultimamente em maior numero.

Ha dias houve um encontro entre estes e as tropas piemontezas, sendo estas derrotadas.

La Marmora, logar-tenente em Napoles envia reforços para aquellos serem perseguidos, e redobra as medidas de rigor. Deu ordem para serem fusilados todos os que forem prisioneiros.

De França e de Inglaterra as noticias de mais vulto limitam-se ao expediente de circulares e notas relativamente aos negocios da Grecia e dos Estados-Unidos da America.

Diz-se que a Inglaterra não acceta a ideia de mediação proposta pela França para o armisticio que se pretende impor ás partes belligerantes dos Estados-Unidos; mas parece que será accete pela Russia.

Austria. — Corre como certo em Vienna que as relações intabladas para o arranjo dos negocios da Hungria, estão em bom caminho.

Prussia. — A «Gazeta do Baltico» annuncia ter sido descoberta uma conspiração entre os estudantes de Posen. Os papeis foram apprehendidos pela policia. O fim dos conspiradores era libertar a Polonia. Esta conspiração tinha ramificações em todas as provincias e em todos os districtos e tendia a estabelecer a Polonia com os limites que tinha em 1772.

O rei respondeu pouco mais ou menos o seguinte a uma deputação de Letzlingen:

«Senhores. — Reputo-me feliz vendo-me rodeado por pessoas de todas as classes, do reino que pensam como eu.

Estamos atravessando um periodo difficil.

Não se quer ter confiança nas minhas palavras, suspeita-se das minhas ideias e não se poupa meio algum para desassegar o sentimento. E no entanto conservar-me-hei fiel á minha palavra real.

Sustentarei a constituição; porém, não como o desejam os que combatem o throno e a corôa pretendendo enfraquecer o poder real que recebi de Deus.

Accitei a corôa no anno ultimo, e, apesar de a ter recebido com humildade, não permitirei que as prerogativas de monarcha sofram o menor ataque da parte dos seus adversarios.

Julguei ser necessaria a reorganisação do exercito, não só para tornar menos sensiveis os encargos do paiz em monumentos de perigo, mas tambem para tornar mais equitativa a obrigação do serviço militar em tempo de paz.

Quer-se diminuir o exercito; porém a nação carece de estar prevenida contra os seus inimigos, quaquer que elles sejam.»

Grecia. — Annunciou-se a morte do general Grivas, e esta noticia tem sido confirmada.

Publicou-se a lei para a eleição da constituinte que tem de eleger o monarcha.

A constituinte constará de cerca de 300 deputados.

REVISTA NOTICIOSA.

Debiq. — Com esta epigraphie vimos no «Vimaranse» de sexta-feira um amontoado de palavras

que no fim parece querer inculcar-nos como sectarios das ideias do partido miguelista!

Não nos surpreendeu isto. O «Portuguez» tambem chamou miguelista ao «Bem Publico» por este ser catholico e inimigo das praticas do José do Telhado.

Sempre porém o collega nos ha-de permitir que lhe digamos uma cousa: — Se entende q' é nós, pelo facto de não gostarmos da extravagante junção do snr. José Estevão com o Snr. D. Pedro V, somos panegyristas (sem lhe fazermos panegyricos) de Teles Jordão e Pitta Bezerra, nós estamos no nosso direito de entender que o collega não é liberal, porque ser liberal não é cuspir atrozês injurias sobre a muito respeitavel classe clerical, nem publicar proclamações offensivas da moralidade publica, e baixadas d'um poder, que não é o estafuido pelo Codigo, que nos rege.

Necrologio. — Falleceu na segunda feira, o ill.^{mo} snr. João Barroso Pereira, na idade de 80 annos aproximadamente.

Era um character franco e honrado, e se não tinha um espirito extremamente religioso, não era comtudo como muitos que fazem por ali alarde da sua pouca religiosidade.

Quiz ser sepultado no claustro da igreja da Collegiada, e vestido com o seu blandão de irmão da Misericordia.

Deus se amerceie da sua alma, e q' o tenha na sua santa gloria.

Hymnos e Flores. — E' este o titulo d'um novo periodico litterario que se publica em Coimbra, e de que recebemos o 4.^o n.^o

E' uma mimosa publicação, que recreia muito, pela variedade, o curioso espirito do leitor.

Desejamos longa vida de venturas ao nosso novo collega.

Agradecimento. — A's illustres redacções do Amigo da Religião e Districto de Leiria a gradecemos a generosa remessa dos seus bem escriptos jornaes.

Concurso. — Lemos no Conimbreense que o nosso amigo o ill.^{mo} snr. dr. Manoel Augusto Sousa Pires de Lima fizera um dos mais brilhantes concursos que se têm feito na Universidade, para uma substituição extraordinaria, que se achava vaga na Faculdade de Theologia.

Damos ao nosso amigo os mais cordeaes emboras pelo esplendido triumpho que alcançou.

Um caso para a sciencia. — Num dos passados numeros d'este semanario noticiamos o supposto fallecimento da ex.^{ma} snr.^a D. Antonia Amélia Pinheiro da Silva Rocha, de Santa Christina d'Arões. Hoje temos infelizmente a annunciar com doloroso constrangimento a morte real d'aquella excellentê senhora, que, tendo fallecido no sabbado pelas 4 horas da manhã, foi conduzida para esta cidade aos hombros de quatro robustos Poveiros, onde chegou na segunda feira pelas 5 horas da manhã.

O cadaver foi depositado na igreja do convento das Capuchinhas, onde se lhe fizeram os officios funebres.

Quando porém se ia dar á sepultura aquelle corpo inanimado, os espiritos curiosos de muitas pessoas presentes, prevenidos pelo caso excepcional do supposto fallecimento, que ha poucos dias tinha succedido, attentaram mais de perto para o cadaver, e descobriram nelle circumstancias extraordinarias, em que talvez a sciencia tenha muito que analysar.

Os labios da defuncta estavam perfeitamente rosados, como se ainda alli houvesse vida no sangue. As orelhas apresentavam igual symptoma.

A cor do rosto e do restante corpo não era a palidez mortal, que ordinariamente apparece nos cadaveres, mas uma cor quasi vital, sem o vidrado verniz, que constitue o character especial dos corpos sem vida.

Os membros estavam perfeitamente flexiveis, e não intencidos com o r-gelo da morte, e estado já ha 3 dias sem vida, não apresentava o mais minimo signal de putrefacção.

O caso era de facto para sérias considerações, e a prudencia aconselhava que se sobre-tivesse no enterramento até que os homens da sciencia analysassem o cadaver.

Assim se fez e o snr. dr. Luiz Vieira, digno administrador d'este concelho, usando de toda a circumspecção que o caso requeria mandou recolher o

cadaver na sachristia até que fosse convenientemente examinado.

O povo corria em massas a sêr testemunha occular de tão extraordinario acontecimento, e já cada qual queria ser o primiro a applicar ao cadaver os remédios, que julgava o fariam voltar á vida que tão recon-dita parecia estar lá dentro.

O povo era tanto e a voseria tão grande, que o sr. Administrador ordenou que se fechasse a sachristia, até que chegassem os facultativos, que tinha mandado chamar.

O cadaver foi depois examinado, e decidiu-se, que, supposto houvessem alli circumstancias extraordinarias, o corpo estava effectivamente sem vida; comtudo, que para se acalmar a agitação, que lavrava entre o povo, e para socego da familia da finada, se lançou o cadaver sobre uma cama, até se manifestar a putrefacção.

O cadaver foi pois conduzido para o hospital da V. Ordem 3.^a de S. Francisco, aonde ainda está.

Santa Cecilia. — Foi sabbado, 22, o dia que a Igreja tem determinado para a solemnidade d'esta Santa invocada pelos musicos como sua padroeira e advogada.

Em virtude d'isto a philarmonica Vimaranense mandou celebrar uma missa na igreja da Collegiada, á qual assistiu, tocando algumas peças d'harmonia, que, se não foram perfeitamente executadas, deixaram comtudo entrever os esforços de aperfeicoamento que esta nascente sociedade d'artistas tem desenvolvido.

Percorreu depois as ruas da cidade, tocando tambem algumas peças marciaes.

Pedido. — Ao snr. vereador fiscal, ou a quem quer que esteja incumbido da fiscalisação das obras municipaes, pedimos, que divida o seu zelo fiscal, que tão concentrado parece estar nas obras da nova praça de mercado, para as obras da rua de Santa Maria, que tão descuidada vai. De pedra a pedra vão-se na construcção largas fendas, que os constructores têm o cuidado de cubrir de terra, para as occultarem.

De modo, que, d'aqui a pouco, teremos de ver aquella rua, apenas acabada de construir, tornar-se logo igual a tantas outras que por ali ha e que mais parecem precipícios, que ruas.

Novo governador civil. — Já tomou posse do seu logar de governador civil d'este districto o snr. Januario Corrêa d'Almeida, que occupava identico logar em Portalegre.

Revista Agronomica. — Recebemos os 4 1.^o n.^o do tomo 3.^o da 2.^a serie d'esta interessante publicação agricola, que se faz em Lisboa. Agradecemos a remessa, e retribuiremos com a nossa folha.

Annuncio. — A' ultima hora recebemos o que em seguida publicamos:

AOS SRS. FACULTATIVOS.

Na pharmacia d'Antonio José Pereira Martins, rua de S. Damase, encontram-se á venda pilulas de Couvein e oleo de figados de bacalhau do dr. Jongh, medicamento este mui eficaz para os doentes, não só pelas suas virtudes medicas, mas tambem por se tornar mais agradável ao paladar.

Concursos. — Por portaria do ministerio dos negocios Ecclesiasticos e de Justiça, com data de 18 do corrente mez, foi mandado abrir concurso por provas publicas para o provimento das seguintes egrejas parochiaes: — Nossa Senhora da Graça e S. Romão, no arcebispado de Evora, Santo André, Nossa Senhora a Bella e S. Pedro, na diocese de Beja. S. Mamede, na de Coimbra. S. Roque, na da Guarda. Nossa Senhora do Desterro, na de Leiria. Santa Cecilia e Nossa Senhora da Assumpção, na de Vizeu; e Santa Martha, Santa Eufemia, S. Domingos, Santo Estevão, Nossa Senhora da Ajuda, Santa Iria, Divino Espirito Santo e S. Julião, no patriarchado.

Theatro. — Consta-nos, que se vai pôr em scena por curiosos, em beneficio do Asylo de Santa Estephania, a mimosa producção dramatica intitulada — O Ermitão da Serra de Cintra — Já se copiaram os papeis, e parece, que, se já não principiam, breve vão principiar os ensaios.

Se a voz d'um noticiario pudesse ter algum valimento, nós animariamos os briosos manebos, que se propozeram a isto, a que não esmorecessem no seu patriótico e piedoso intento, porque a geração nova é que cumpre tomar a iniciativa nas empresas elevadas, que fazem o caracter da nossa epocha.

Illustres viajantes. — Chegou sexta feira a esta cidade a ex.^{ma} sr.^a Duqueza de Palmella na companhia da familia do sr. Conde de Terena. No curto espaço de tempo que estes illustres hospedes se demoraram entre nós, a sr.^a Duqueza de Palmella deixou vestígios de sua caridosa generosidade, dando algumas escolas, com uma das quaes foram contempladas as freiras do convento das Capuchinhas. Não sabemos ao certo a quantia com que foram socorridas estas pobres e piedosas senhoras, mas dizem-nos que a esmola foi em ouro.

Anniversario. — Foi domingo o anniversario, que a irmandade das Almas da parochial igreja de S. Paio tem de costume mandar fazer todos os annos como suffragios para o eterno descanso dos que têm passado d'este mundo para a mansão da eternidade. A igreja estava toda coberta de crepes funerarios, e no centro da capella-mór elevava-se uma magestosa eça, no cimo da qual se via um sarcophago. Cantou-se o officio dos mortos, e de tarde orou o nosso amigo Padre Antonio Ferreira d'Abreu. Findo o sermão sabiu, como é de costume, a procissão, que entrou em quasi todas as egrejas da cidade, em cada uma das quaes se elevaram aos céos preces pelos finados.

Viação Portuense. — A direcção da Companhia Viação Portuense determinou a seguinte mudança d'horas dos trens das carroiras, desde 15 do corrente até nova ordem:

Carreira entre o Porto e Braga.

Carreira da diligencia geral.

Partida do Porto para Braga ás 6 horas e meia da manhã.

Carreira da Mala-posta.

Partida do Porto para Braga ás 6 horas da tarde.

Idem de Braga para o Porto ás 12 horas da noite.

Carreira de Diligencia entre o Porto e Guimarães.

Partida do Porto para Guimarães ás 6 horas e meia da manhã.

Idem de Guimarães para o Porto ás 8 e meia horas da manhã.

Carreira de diligencia entre o Porto e Vianna.

Partida do Porto para Vianna ás 5 e meia horas da manhã.

Idem de Vianna para o Porto ás 6 horas da manhã.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS.

ARCHIVO JURIDICO.

PUBLICAÇÃO REGULAR DA LEGISLAÇÃO DE MAIS INTERESSE, TANTO ANTIGA COMO MODERNA

EDITOR — J. L. DE SOUSA

Publicou-se o n.º 14 da 2.ª serie que contém:

Legislação sobre expropriações.

Vende-se e assigna-se no Porto na rua do Bomardim n.º 69, defronte da viella da Netta, aonde se encontram colleções completas da 1.ª e 2.ª series do *Archivo Juridico*, comprehendendo a 2.ª serie a seguinte legislação especial — Lei da Desamortisação; Lei do Sello; de Transmissão; Lei do Registro; Lei da Contribuição Pessoal; Lei da Contribuição Industrial; Lei da Contribuição Predial; Lei dos Jurados, lei que regula a distribuição dos processos aos escrivães. Lei que altera a Reforma Judiciaria. Lei que concede serventurios aos escrivães, tabeliães e recebedores; Lei e regulamento do Registro Parochial; Regulamento dos Lyceus — Exames de habilitações — Instruções para estes exames; Alterações na formação das matrizes — Instruções do processo das cauções — Ordem aos escrivães de fazenda para deixarem de receber 50 rs. (a titulo de emolumentos) de cada documento que sellarem — Lei dos agravos.

Vende-se tambem nas principaes livrarias de Lisboa, Coimbra, Braga e Vianna.

Toda esta legislação é seguida dos respectivos regulamentos, e vende-se em brochuras separadas.

N. B. Cada n.º do *Archivo Juridico* custa a modica quantia de 120 rs. enviado franco de porte para as provincias.

O *Archivo* troca com todos os jornaes politicos e litterarios, e annuncia todas as publicações de que lhe mandarem dous exemplares.

O numero 15 conterà a

Legislação sobre execuções fiscaes administrativas por tributos — e judiciaes por fóros, censos e pensões, ou juros de capitaes pertencentes á fazenda nacional.

ARCHIVO PITORESCO.

PRINCIPAL REDACTOR — SR. SILVA TULLIO

Editor — Castro Irmão & C.^a

«O *Archivo Pitoresco* publica-se regularmente ha 5 annos; é o primeiro jornal que formou no paiz uma boa escola de gravura em madeira, sendo actualmente todas as estampas feitas nas suas officinas.

Os 4 volumes já completos contém mais de 600 gravuras sendo a maior parte nacionaes; vendem-se juntos ou separados a 2:000 rs. cada um. O preço da assignatura para o 5.º volume em publicação é, em Lisboa 4:000 rs., nas Provincias, franco de porte, 2:200 rs. — Numero avulso 50 rs.

Subscreve-se e vende-se no escriptorio da empresa, rua da Boa-Vista, palacio do conde de Sampaio, e nas principaes livrarias.

HONRA E CRIME.

DRAMA EM 3 ACTOS

Original de Manoel Bernardino da Cunha e Silva.

Descrever n'um drama a honra que nobilita o homem perante a sociedade, e traçar ao mesmo tem-

po a imagem do crime que condemna e avilta o mesmo homem, é sem duvida um dos mais louvaveis serviços do escriptor que se dá aos espinhosos trabalhos da scena. E, pois, esta a tarefa ardua a que se propõe hoje um dramaturgo em começo, e por isso espera este do publico bondoso, que em Portugal sabe proteger a litteratura nascente, a generosa coadjuvação n'esta escabrosa cruzada.

Assigna-se em Braga na typographia do jornal o «Martyrio», Rua Nova de Sousa n.º 42. — Preço 240 reis.

REVISTA AGRONOMICA

Zootecnica, litteraria, e noticiosa

REDIGIDA

Por D. José d'Alarcão

Publicou-se o n.º 2 — Tomo 3.º da 2.ª Serie, contendo: — *A cultura do algodoeiro — Algodão — E' conveniente semear ou plantar? — Arrozacs (comunicado) — Do melhoramento da agricultura pelo capital — Chronica — Hespanha: effeitos das publicações; escola de agricultura; o trevo de Bokara; noticias dos campos e mercados. — Italia: defeitos da machinas de debulhar de Lotz; sachas das videiras; preparação do estrume de estabulo e meio de concentrar o azote; emprego da cal; excrementos humanos; meio de os desinfecar; noticias das colheitas e mercados — Belgica: emprego do gesso; meio para expulsar as moscas; effeitos do chlorureto de cal. — França: os cancos das arvores e sua cura; formação de renovos no pecegueiro, as joelheiras dos cavallos. — Inglaterra: a exposição universal; sexo dos ovos; carneiros chinezes.*

Sustento dos animaes domesticos, accidentes e meios de os prevenir — Conservação dos instrumentos agricolas.

A *Revista Agronomica* publica-se a 10 e 15 de cada mez em brochura de 24 paginas, ornada com os gravuras necessarias para a intelligencia do texto.

Recebem-se assignaturas para este periodico em Lisboa — no escriptorio da *Revista Agronomica*, rua dos Poyaes de S. Bento n.º 110, 1.º andar — nas lojas de livros do sr. Lavado, rua Augusta n.º 31 e 33; na do sr. Silva, Praça de D. Pedro; em Valença, no escriptorio da *Voz do Minho*; em Vianna, no escriptorio da *Aurora do Lima* sendo:

Por um anno 25000 — Por seis mezes 15000 — Por tres mezes 500 — Numero avulso 100

As assignaturas são pagas adiantadas. A despezas das estampilhas é feita pela empresa. As correspondencias, communicações etc., deverão ser enviadas ao escriptorio do jornal, francas de porte.

ANNUNCIOS.

A MEZA da V. Ordem 3.ª de S. Francisco, d'esta cidade, faz publico, que no dia 30 do corrente mez de Novembro, pelas 9 horas da manhã, na sua casa do despacho, se tem de proceder á arrematação do fóro de 6 alqueires de pão meado, imposto no campo da Castanheira e outras leiras do casal do Ribeiro, na freguezia de S. Miguel do Paraizo, fóro que foi doado ao hospital da mesma V. Ordem pelo r.^{mo} conego Bernardo José Pinto Rolla. (5)

PREÇO DA ASSIGNATURA: — Por uma serie ou 50 numeros 15200 rs. — com estampilha 15450 rs. — Por 25 numeros 600 rs. — com estampilha 725 rs. — Folha avulsa 40 rs. — Annuncios por linha 30 rs. — repetição 20 rs. — Correspondencias de interesse particular 30 rs. por linha. — As publicações litterarias serão annunciadas, sendo enviados a esta redacção dous exemplares.

Toda a correspondencia deve ser dirigida franca de porte ao administrador José Antonio de Faria e Silva.